

# Estudo Técnico Preliminar 2/2025

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 35014.006902/2025-41

## 2. Descrição da necessidade

2.1. O presente estudo tem por finalidade verificar a viabilidade técnica para a contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, EPI's e uniformes, de forma continuada ou sob demanda, com e sem dedicação exclusiva de mão de obra, do serviço de carregadores, sem dedicação exclusiva e sob demanda, nos imóveis das Gerências Executivas de Criciúma/SC e Chapecó/SC e suas unidades jurisdicionadas, e também do serviço de copeiragem com dedicação exclusiva de mão de obra para o prédio da Superintendência Regional Sul do INSS em Florianópolis/SC.

2.2. A nova contratação tem como objetivo substituir o contrato nº 81/2024 (SEI 18017924), firmado entre esta Autarquia e a empresa ÁGIL LTDA, registrada no CNPJ/MF sob o nº 26.427.482/0001-54. Este contrato abrange serviços contínuos de limpeza e conservação, além de carregadores por demanda nos imóveis das Gerências Executivas de Criciúma/SC e Chapecó/SC, bem como em suas unidades jurisdicionadas. Também inclui serviços de copeiragem com dedicação exclusiva de mão de obra para o prédio da Superintendência Regional Sul do INSS em Florianópolis/SC, cujo término está previsto para 22/10/2025.

2.3. Levando em conta todas as dificuldades e descumprimentos contratuais da empresa ÁGIL LTDA, referentes ao contrato 81 /2024, conforme detalhado no despacho SEI 19035480, foi aberto um novo procedimento licitatório. Essa medida preventiva visa garantir a substituição do contrato atual, assegurando que não haja descontinuidade na prestação dos serviços.

2.4. A justificativa para a proposta de contratação baseia-se nas seguintes razões:

2.4.1. A contratação dos serviços terceirizados de copeiragem, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, pelas normas e pelas legislações aplicáveis, fundamenta-se no propósito da Superintendência Regional Sul ser a representação máxima da Instituição na Região Sul recebendo diariamente várias autoridades.

2.4.2. A contratação dos serviços de carregadores se justifica pela necessidade da execução de tarefas relacionadas ao transporte de materiais, mudança de posicionamento de bens permanentes tais como, mobiliário, computadores, utensílios, movimentações de galões de água, e ao apoio na entrega de material de consumo e permanente, além de outras demandas correlatas que ocorrem na Autarquia.

2.4.3. A contratação dos serviços de limpeza e conservação se justifica pela necessidade da Administração de conservar e limpar suas instalações, a fim de prevenir acidentes, elevar os níveis de satisfação, melhorar a qualidade de vida dos usuários e combater doenças.

2.5. Ademais, a futura contratação deverá se estender por mais de um exercício financeiro, considerando que a sua interrupção comprometerá a continuidade das atividades precípuas do INSS e está enquadrada como serviço de natureza continuada, na forma estabelecida nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.6. Os serviços a serem contratados se enquadram na classificação de SERVIÇOS COMUNS, cujos padrões de desempenho e qualidade estão definidos por meio de especificações usuais do mercado (art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 2021). Também se enquadram nos pressupostos do art. 3º, § 1º do Decreto nº 9.507, de 21/09/2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais e complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

2.7. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta, conforme estabelece o inciso VI do art. 7º do Decreto nº 9.507/2018 e arts. 4º e 5º da IN/SEGES/MP nº 05/2017.

2.8. Declara-se que o planejamento da contratação será realizado em conformidade com as diretrizes constantes do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação (IPP), elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU) em parceria com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

2.9. Diante do exposto, a contratação dos serviços de limpeza e conservação, carregador/estiva e copeiragem é justificada pela necessidade de manter as condições adequadas dos imóveis das Gerências Executivas de Criciúma e Chapecó. Esses serviços são imprescindíveis para a execução das atividades da Instituição, garantindo aos servidores, colaboradores e segurados um ambiente limpo e organizado, essencial para um bom clima de trabalho, motivação, saúde e assegura a continuidade no desenvolvimento das funções.

### 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Logística, Licitação e Contratos	Vivian Zenker

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

#### 4.1. Requisitos Legais:

##### 4.1.1. Leis Federais:

- Lei nº 14.133/2021: Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, Lei autárquicas e fundacionais;
- Lei Complementar nº 123/2006: Institui o Estatuto Nacional da Micro Empresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências;

##### 4.1.2. Decretos:

- Decreto nº 9.507/2018: Dispõe sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Decreto nº 3.555/2000: Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;
- Decreto nº 8.538/2015: Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

##### 4.1.3. Instruções Normativas

- Instrução Normativa SG/MPDG nº 05, DE 26 DE MAIO DE 2017: Dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010: Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa SLTI/MP nº 03/2018: Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal.
- Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização da pesquisa de preços;

##### 4.1.4. Portarias

- Portaria PRES/INSS nº 1.586, de julho de 2023: Diretrizes Técnicas de limpeza e conservação;
- Portaria DIROFL/INSS Nº 156, de 13 de novembro de 2023: Planilha de custos;
- Portaria PRES/INSS nº 1.727, de 18 de julho de 2024: Determina a adoção de medidas de redução de despesas.
- OBS: Considera-se a legislação consolidada com as respectivas alterações subsequentes.

#### 4.2. Requisitos de Manutenção:

Os requisitos de manutenção e assistência técnica dos produtos necessários à prestação dos serviços serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo esta manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pelo contratante, quando for o caso.

#### 4.3. Requisitos Temporais

O prazo para execução do futuro contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogado por igual período, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei 14.133/2021.

A manutenção do contrato será avaliada a cada 24 (vinte e quatro) meses, tanto sob o ponto de vista econômico, quanto à qualidade dos serviços prestados.

#### 4.4. Requisitos de Segurança

Os funcionários da contratada deverão adequar-se às regras de segurança, de circulação e de identificação do INSS, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança no Trabalho.

#### 4.5. Requisitos de projeto e de implementação

Todos os equipamentos e materiais necessários à prestação dos serviços deverão atender plenamente ou superar as especificações técnicas estabelecidas.

#### 4.6. Requisitos de experiência profissional

A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, profissionais capacitados e com perfil e competências compatíveis com as tarefas que lhe serão atribuídas, de modo que garantam o andamento da prestação dos serviços.

A Contratada deverá dispor de profissionais obrigatoriamente contratados de acordo com a legislação trabalhista (Consolidação das Leis do Trabalho - CLT), obedecidas também outras disposições constantes de acordos ou convenções coletivas de trabalho, celebrados entre entidades sindicais, e qualificados conforme cada categoria profissional.

#### 4.7. Requisitos de formação da equipe

A Contratada deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, pelo menos um representante formalmente designado, que se responsabilizará pela administração e coordenação de seus empregados alocados ao contrato, podendo, inclusive, se for o caso, ser designado como preposto da empresa para representá-la perante a Administração.

#### 4.8. Requisitos de metodologia de trabalho

Os empregados da contratada atenderão às demandas de trabalho por meio do fiel cumprimento do futuro contrato a ser firmado.

#### 4.9. Requisitos de segurança da informação

Todos os funcionários da contratada envolvidos na presente contratação deverão observar a Política de Segurança da Informação do INSS.

#### 4.10. Requisitos da Qualificação Técnica da Contratada:

A contratada deverá apresentar comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade dos 03 (três) anos serem ininterruptos.

Embora o conteúdo do Acórdão 2870/2018 cite que *"a exemplo de zeladoria, limpeza, conservação e dedetização de grupos sanitários, lavatórios e vestiários, há atividades em relação às quais não me parece que a empresa com 3 anos de experiência tenha melhores condições de execução a contento do que outra que tenha executado quantitativo equivalente em prazo inferior"*, essa equipe de planejamento entende que por se tratar de contrato com dedicação exclusiva, a experiência de 03 anos dá à Administração, além da comprovação da experiência um bom indício da solidez da futura Contratada, reduzindo-se assim os riscos com relação à descontinuidade contratual.

A exigência de 03 três anos de experiência tem como objetivo evitar a participação de empresas "aventureiras", que possuam pouco conhecimento do mercado e pouca solidez. Esse período de experiência não se refere apenas à atuação na área de limpeza, mas sim à capacidade administrativa do Contratado em gerenciar a mão de obra que será fornecida ao INSS, além de garantir a solidez da empresa.

É importante ressaltar que a exigência de 03 três anos de experiência em licitações relacionadas à limpeza e conservação nunca comprometeu a competitividade dos certames realizados pela SRSUL; por exemplo, na licitação 12/2022, não houve nenhum grupo com menos de dez licitantes.

Diante disso, será estabelecida no Termo de Referência a exigência de comprovação mínima de 03 três anos de experiência para 50% dos postos do serviço mais relevante da contratação, ou seja, limpeza e conservação.

**4.11. Requisitos de Controle interno previstas no §1º do art. 18 da IN/SEGES 5/2017 (conta-depósito vinculada ou pagamento pelo fato gerador)**

A adoção da Conta Vinculada para a presente contratação está em conformidade com a orientação da DGPA, conforme estabelecido no Despacho SEI 1314057. Nesse despacho, foi esclarecido que o INSS, após diversas reuniões com representantes de diferentes áreas da Administração Central, decidiu pela utilização da Conta-Depósito Vinculada como um instrumento de gestão de risco para contratações de serviços continuados que exigem dedicação exclusiva de mão de obra. Assim, a Conta Vinculada será implementada como uma ferramenta de gestão de risco na futura contratação, visando garantir maior segurança e eficiência na execução dos serviços.

**4.12. Das Vedações**

A participação de cooperativas não será permitida na presente licitação, em conformidade com o Termo de Conciliação judicial firmado entre o MPU, a AGU e o Ministério Público do Trabalho, que será incluído no Anexo III do Edital.

Além disso, a participação de consórcios também não será autorizada, com o objetivo de permitir que empresas concorram individualmente entre si. Essa decisão está respaldada pelo Acórdão 1240/2008 do TCU - Plenário, que considera que se trata de uma contratação de serviços voltados para as atividades cotidianas da Administração, sem envolver alta complexidade técnica, e que pode ser prestado por diversas empresas. Essa abordagem visa garantir uma competição mais justa e ampla entre os participantes.

**4.13. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais:**

Durante a execução de tarefas no ambiente do INSS, os funcionários da Contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público.

Os materiais e produtos eventualmente empregados nos locais de prestação dos serviços deverão ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.

Os produtos fornecidos não deverão conter substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Os produtos químicos utilizados na execução dos serviços deverão estar devidamente registrados e liberados pelo Ministério da Saúde, conforme estabelece a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), além de pautar-se em demais normas vigentes.

A empresa a ser contratada será responsável pela destinação ambientalmente correta para todos os recipientes dos suprimentos, peças e materiais utilizados, obedecendo à legislação e orientações relativas ao compromisso com o meio ambiente.

Os serviços deverão ser executados de forma a proporcionar segurança e salubridade aos seres humanos e os materiais empregados pela contratada deverão atender a melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos, associados ao produto, zelando pela sustentabilidade ambiental.

Todos os rejeitos e resíduos provenientes do serviço deverão ser recolhidos e removidos do local e a contratada deverá providenciar o destino adequado, não podendo permanecer no local nenhum resíduo. Os detritos recolhidos, em nenhuma hipótese, poderão ser mantidos no local.

Os critérios adotados de sustentabilidade socioambientais fundamentam-se na Instrução Normativa SLTI/MPOG no 01/2010, que prevê:

- a) utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedecem às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- c) observância da Resolução CONAMA no 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- e) separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais

recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE no 6, de 03 de novembro de 1995 e do Decreto no 5.940, de 25 de outubro de 2006; e

f) respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1. Na pesquisa de mercado, verifica-se que existem diversas empresas que atuam no mercado com soluções que atendem ao modelo de contratação pretendido pela INSS, uma vez que as rotinas gerais para execução dos serviços de limpeza, carregadores e copeiragem são relativamente simples, não havendo necessidade de alto grau de especialização nem da parte das empresas, nem dos seus empregados que serão utilizados diretamente na prestação dos serviços.

5.1.2. Ressalta-se que a contratação conjunta de limpeza, carregadores e copeiragem não é uma inovação e nem uma contratação exclusiva da Superintendência Regional Sul, e sim uma solução adotada em outras Superintendências, como por exemplo na SRSE-I, no processo SEI 35014.063369/2022-72, e também foram encontradas publicações no PCNP de contratações similares feitas por outros órgãos, como exemplo:

### Aviso de Contratação Direta nº 90001/2024

- **Id contratação PNCP:** 10870883000144-1-000001/2024
- **Modalidade da Contratação:** Dispensa
- **Última Atualização:** 06/02/2024
- **Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS
- **Local:** Goiânia/GO
- **Objeto:** Contratação emergencial de serviços de limpeza, recepção, copeiragem, carregamento e jardinagem, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

### Aviso nº 00066/2023

- **Id contratação PNCP:** 10870883000144-1-000049/2023
- **Modalidade da Contratação:** Dispensa de Licitação
- **Última Atualização:** 21/09/2023
- **Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS
- **Local:** Goiânia/GO
- **Objeto:** Contratação emergencial dos serviços de limpeza, recepção, copeiragem, carregamento, jardinagem, operador de áudio e vídeo e operador de fotocopadora, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

### Aviso nº 00052/2023

- **Id contratação PNCP:** 10870883000144-1-000039/2023
- **Modalidade da Contratação:** Dispensa de Licitação
- **Última Atualização:** 31/07/2023
- **Órgão:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE GOIAS
- **Local:** Goiânia/GO
- **Objeto:** Contratação emergencial de empresa prestadora de serviços de limpeza e conservação, encarregado, jardinagem, copeiragem, recepção, carregamento e auxiliar de manutenção predial para o Câmpus Inhumas do Instituto Federal de Goiás

## 5.2. Justificativas da solução escolhida

5.2.1. Dessa forma, após a análise dos modelos de contratação disponíveis, o INSS optará pela solução que já foi utilizada ao longo dos anos, tanto na Autarquia quanto por outros órgãos. Essa opção envolve a contratação conjunta dos serviços de limpeza, carregadores e copeiragem, com o objetivo de obter ganhos de escala, uma vez que abrange um conjunto de postos situados na mesma região.

5.3. Com relação ao PRINCÍPIO DA PADRONIZAÇÃO, verifica-se que se refere à contratação de soluções cujas especificações estejam alinhadas aos padrões disponibilizados usualmente pelo mercado. Esse princípio visa minimizar o risco de contratação de objetos com especificações não usuais no mercado (sem padrão) e que, por conta da especificação escolhida e despadronizada, gere impacto negativo e relevante nos custos das contratações, bem como limitação à competição ou à sua realização devido à

especificidade não usual em relação aos padrões ofertados pelo mercado. Isso contraria o disposto no Art. 3º, XI, alínea 'a', item 1, do Decreto n. 10.024, de 20 de setembro de 2019, no que tange à vedação de "especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame", e o princípio da economicidade, disposto no Art. 70 da Constituição Federal.

5.3.1. Não será, ainda, utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização (instituído na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da Portaria Seges/ME n. 938, de 2 de fevereiro de 2022), uma vez que não se trata de contratação de item já padronizado.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A licitação será conduzida em dois grupos distintos: o primeiro grupo será destinado à GEX Chapecó, incluindo os serviços de limpeza e carregadores. O segundo grupo será voltado para a GEX Criciúma e abrangerá os serviços de limpeza, carregadores e copeiragem. A estrutura da nova licitação seguirá premissas semelhantes às da contratação atual:

### **6.1.1. Limpeza e Conservação**

Os serviços de limpeza ordinária serão executados de acordo com a metodologia de referência para a contratação de serviços de limpeza e conservação, compatíveis com a produtividade de referência estabelecida na Instrução Normativa nº 05/2017, adaptadas às especificidades da demanda de Unidade, e com as Diretrizes Técnicas de limpeza e conservação da Portaria PRES /INSS nº 1.586, de julho de 2023.

### **6.1.2. Horas Eventuais de limpeza e conservação por demanda**

O serviço será executado por demanda com estimativa de até 3 horas/mês por unidade para o serviço de limpeza e conservação que poderá ser demandado em caso de ações programadas de atendimento, manutenção e ações não programadas, como, por exemplo, fenômenos da natureza.

A solução já foi adotada com sucesso nas contratações anteriores, decorrentes do PE 12/2022 e do PE 12/2023. Não é possível haver atendimento aos cidadãos sem a presença do serviço de limpeza, sob o risco de se tornarem insalubres os ambientes nos quais circulam servidores e segurados.

Vislumbra-se com a solução um potencial benefício aos segurados, uma vez que os serviços terceirizados estarão disponíveis, tornando-se possível a realização de mutirões de atendimento, com antecipação de perícias e atendimentos. Dessa forma, fica demonstrado o atendimento ao Interesse Público na contratação.

### **6.1.3. Carregadores por demanda**

O serviço de carregadores será contratado por diária, sob demanda, com o limite de 10 diárias/mês por Gerência Executiva, incluindo a possibilidade de meia diária, para até 20% do serviço estimado. Isso significa que até 2 diárias/mês por Gerência Executiva poderá ser demandado na forma de meia diária e tal serviço será executado com o pagamento da metade do valor proposto para a diária. Poderá também, em um pedido haver a solicitação de 1,5 diárias, ou seja, um carregador para trabalhar em tempo integral no dia e outro para cumprir apenas meia jornada. Dessa forma a gestão poderá racionalizar as demandas de forma que as diárias sejam bem aproveitadas, sem ociosidade, para otimizar a utilização do dinheiro público.

Para o referido serviço será admitida a subcontratação, visto que o serviço será por demanda conforme a necessidade da Autarquia e poderá ser executado em qualquer unidade do INSS abrangida pelo contrato, desse modo exigir que a Contratada mantenha em seu quadro um empregado específico para atender essa demanda restringiria a competitividade do certame.

Os referidos serviços só serão prestados quando demandados pela Administração, através de Ordens de Serviços - OS.

Os carregadores deverão se apresentar com equipamentos de proteção individual necessários para a regular prestação dos serviços e kit básico de ferramentas (que deverá conter no mínimo jogo de chaves, alicate e martelo) quando solicitado na OS.

### **6.1.4. Serviços de limpeza de Esquadrias com Exposição de Risco:**

O serviço deverá ser realizado semestralmente em todas as unidades que possuem esquadrias com risco por equipes externas ao Contrato, podendo, inclusive, ser objeto de subcontratação. A solução aqui descrita já foi utilizada por outros órgãos, tais como Receita Federal (PE 02/2021 - UASG 170321), IFSC (PE 48/2019 - UASG 158516), INSS SRI (PE 03/2021 - UASG 510178) e ainda pela Superintendência Regional Sul nas licitações anteriores (PE 12/2022 e PE 12/2023 - UASG 510181) e visa não restringir a competitividade, pois nem todos os fornecedores dos serviços de limpeza e conservação, possuem equipe especializada para limpeza de esquadrias de risco/fachadas enviaçadas.

Ainda, o serviço possui a mesma natureza da limpeza ordinária, tratando-se inclusive da mesma esquadria (a parte interna a ser limpa pela equipe fixa de limpeza e a parte externa pela equipe volante especializada). Por esse motivo a contratação não será realizada em processo distinto. A empresa contratada, mesmo em caso de subcontratação, permanece com toda a responsabilidade sobre a total execução do objeto do Contrato.

São consideradas esquadrias com exposição de risco as faces externas das esquadrias a partir do terceiro andar, ou, em situações excepcionais, esquadrias mais baixas que devido à características de construção não permitam a limpeza sem risco.

Ainda com relação às esquadrias com exposição de risco, pondera-se que os serviços são classificados como de natureza acessória ao objeto principal, uma vez que sua execução não impacta diretamente na limpeza dos ambientes. Além disso, considerando que são executados semestralmente, os custos diluídos ao longo do contrato representam menos de 1% do valor estimado para os serviços de limpeza e conservação.

Ainda, justifica-se a permissão à subcontratação pois a proibição da mesma nesse serviço tão específico, a ser realizado por equipe especializada, restringiria a competitividade do certame, uma vez que obrigaria todos os licitantes a possuírem equipe treinada a ser disponibilizada em diversas unidades.

#### **6.1.5. Serviço de Copeiragem**

Pretende-se contratar 1 (um) posto de 44h semanais dos serviços continuados de copeiragem (copeira), com dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais e equipamentos necessários para execução do serviço, para atender as necessidades da sede da Superintendência Regional Sul do INSS em Florianópolis/SC.

O serviço de copeiragem objetiva a distribuição de água, café e chá de infusão, 02 (duas) vezes pela manhã e 02 (duas) vezes à tarde no mínimo, manipular e preparar café no recinto das copas, no horário fixado pela Administração, bem como servir. Promover a conservação, asseio e limpeza dos utensílios das copas, equipamentos, bebedouros e zelar pelo bom funcionamento dos utensílios e equipamentos colocados a sua disposição, sempre comunicando, de imediato, qualquer dificuldade, defeito nos equipamentos ou outros fatos que venham a constituir óbice para a boa e perfeita execução dos serviços.

#### **6.2. Regime de Execução**

6.2.1. Empreitada por preço global - para os itens referentes à limpeza e conservação e copeira, com dedicação exclusiva de mão de obra.

6.2.2. Empreitada por preço unitário - para os itens referentes a Horistas Limpeza Ordinária e Carregadores por diária, com a opção de meia diária - todos por demanda.

6.2.2. O regime de execução foi definido tendo como base a definição legal, considerando as características dos serviços a serem contratados. No caso dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, tanto a Administração quanto as Licitantes sabem de antemão os serviços a serem executados em termos quantitativos e qualitativos, conforme descrição no TR (metros quadrados a serem limpos, rotinas de limpeza, utilização de materiais). Já para os serviços sob demanda, a empreitada por preço unitário está justificada pela incerteza quanto à efetiva utilização da totalidade dos quantitativos previstos, de forma que cada unidade possui o valor fixo que será remunerado quando efetivamente executado.

#### **6.3. Natureza dos serviços**

6.3.1. Os serviços de limpeza e conservação, serviços gerais (carregador) e copeiragem possuem natureza continuada e permanente, cuja interrupção pode comprometer a prestação dos serviços da Administração. A contratação deverá estender-se por mais de um exercício financeiro, continuamente, estabelecendo condições adequadas de salubridade e higiene, assegurando integralidade ao patrimônio público, funcionamento das atividades finalísticas e o cumprimento da missão institucional do INSS.

6.3.2. O treinamento e administração da mão de obra terceirizada ficará a cargo da prestadora dos serviços, não implicando em custos adicionais para a contratação.

6.3.3. As funções elencadas neste instrumental estão enquadradas no Código Brasileiro de Ocupações – CBO, nos códigos abaixo:

- Servente – CBO 5143-20,
- Carregadores – CBO 5143-20.
- Copeira – CBO 5134-25.

#### **6.4. Insalubridade:**

6.4.1. Outra questão que precisa ser esclarecida na presente contratação é quanto a aplicação do adicional de insalubridade sobre os postos efetivos de trabalho. Como o INSS não possui laudo em cada uma de suas unidades, foram utilizadas para definição da estimativa de custos as regras das CCTs específicas de cada localidade.

6.4.2. Insalubridade Santa Catarina: Há previsão em CCT de pagamento de adicional de insalubridade em grau MÉDIO para todas as serventes.

#### **6.5. Ciclo de vida dos materiais de limpeza ( produção, distribuição, uso e destinação final):**

6.5.1. Os materiais agregados ao serviço devem ser escolhidos conforme critérios de sustentabilidade. A contratada deve dar preferência à utilização de materiais e embalagens biodegradáveis e, no caso dos resíduos gerados, deverão ser descartados em lixeiras seletivas ou disponibilizados ao sistema de logística reversa. Quanto ao uso da energia elétrica, é importante que as empresas atentem-se em disponibilizar equipamentos com selo PROCEL e que se configurem entre os mais eficientes energeticamente do mercado.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. A contratação será realizada com base em produtividades (para o caso da limpeza ordinária) estabelecidas ao longo do Planejamento. O planejamento levará em consideração a produtividade adotada na contratação anterior e os ajustes necessários solicitados pela gestão do contrato. Além disso, será feito um levantamento das unidades que atualmente estão fechadas e, portanto, não necessitam de serviços de limpeza contínua.

7.1.1. Com base no levantamento realizado no processo 35014.236158/2024-27 referente ao serviço de vigilância, conforme despacho SEI 17277113, foi constatado que as APS de Orleans e Lauro Müller estão fechadas. Em decorrência disso, os postos de vigilância serão suprimidos nessas localidades. Diante dessa situação, é necessário também suprimir os postos de limpeza dessas unidades, uma vez que a ausência de atividades nas instalações não justifica a continuidade dos serviços de limpeza.

7.1.2. Para as unidades em que a área física é menor do que a produtividade estabelecida será considerada como área (interna/externa) a produtividade mínima de referência adotada (Anexo VI-B, item 9, IN/SEGES/05/2017).

7.2. Para a mensuração das horas eventuais, foi adotado o padrão de 3 horas/mês por unidade, conforme justificativas apresentadas no item 6 (acima).

7.3. Para o estimativo do limite máximo de diárias de carregadores, foi definido o limite de 10 diárias mensais por GEX, conforme justificativas apresentadas no item 6 (acima).

7.4. O quadro total dos serviços, quantidades e carga horária estará no Anexo IV do Edital (Planilha Estimativa de Custos).

7.5. A licitação será realizada em dois grupos distintos: o Grupo 1, que será composto por 03 (três) itens, e o Grupo 2, que incluirá 04 (quatro) itens. Os detalhes sobre os itens de cada grupo estão descritos na tabela constante no Termo de Referência. É importante ressaltar que os licitantes deverão apresentar propostas para todos os itens que compõem o grupo ao qual estão se habilitando.

7.6. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, EPI's, uniformes e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas neste instrumento, promovendo sua substituição quando necessário.

7.6.1. A Contratada deverá observar conduta adequada na utilização dos materiais, objetivando a correta execução dos serviços.

7.6.2. Será de inteira responsabilidade da Contratada, orientar corretamente seus funcionários para o eficaz manuseio e guarda dos produtos.

7.6.3. Os materiais/insumos deverão ser usados com eficiência para evitar desperdícios, estando sujeita a empresa a aplicação de glosas caso seja identificado tal prática por parte dos empregados.

7.6.4. Será de inteira responsabilidade da Contratada orientar corretamente seus funcionários para o eficaz manuseio e guarda dos equipamentos, assim como providenciar a manutenção e substituição dos equipamentos danificados.



7.6.5. A Contratada deverá usar material de limpeza e outros produtos químicos necessários, que estejam aprovados pelo órgão governamental competente, e que não causem danos às pessoas, bem como aos revestimentos, pisos, instalações, e redes de água e esgoto.

7.6.6. A Contratada deverá prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas contendo marca de conformidade de qualidade (INMETRO ou similar) com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações.

7.6.7. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Projeto Básico e na proposta, observado o disposto no subitem anterior, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

7.6.8. Os equipamentos deverão ser fornecidos de uma só vez, e a Administração arcará com o custo da depreciação correspondente APENAS ao período contratual. Portanto, o custo dos equipamentos deverá ser reportado à planilha de formação de preços a título de depreciação por posto de trabalho. Suas substituições deverão ser realizadas a cargo da Contratada sem onerar o valor contratual firmado.

7.6.8.1. Para o cálculo do insumo Depreciação de Equipamentos, adotou-se vida útil de 10 anos. Para elaboração da planilha a licitante deverá seguir orientações da Receita Federal do Brasil.

7.6.9. A Contratada fornecerá todos os materiais e equipamentos no início da execução contratual, conforme planilha estimativa de custos. Independente do material/equipamento ser de entrega mensal ou entrega única (uma entrega no início do contrato com compromisso de manter disponível/funcionando), estes devem estar disponíveis nas dependências da Contratante para uso pelos funcionários da Contratada, NO PRIMEIRO DIA DE INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS.

7.6.10. As entregas posteriores, dos materiais de consumo mensal, deverão ser realizadas até o 5º (quinto) dia útil de cada mês, mediante apresentação de Nota Fiscal ou Recibo e deverão ser suficientes para a perfeita execução dos serviços (tanto com relação à qualidade quanto à quantidade).

7.6.11. A Contratada deverá fornecer, treinar e exigir que seus empregados utilizem Equipamentos de Proteção Individual - EPIs - proporcionando a eles condições que lhes protejam a saúde e/ou previna acidentes e/ou doenças do trabalho.

7.6.11.1. Os EPIs serão entregues aos prestadores de serviços sem qualquer desconto dos empregados.

7.6.11.2. Os EPIs deverão estar de acordo com o estabelecido na Norma Regulamentadora 6 (NR-6).

7.6.11.3. Os EPIs necessários à execução das tarefas deverão estar no local da prestação de serviços, integralmente desde o primeiro dia da execução contratual. Cada empregado, mediante recibo contendo a lista descritiva relacionando todos os EPIs, deverá assinar, datar e atestar ter recebido os materiais completos. Uma via desta relação assinada deverá ser entregue antes do efetivo início dos trabalhos à Fiscalização do Contrato.

7.6.11.4. A relação MÍNIMA de EPIs é a disposta na planilha estimativa de custos. O valor total dos EPIs deverá ser dividido pelo número de meses e pelo total de serventes com o objetivo de compor o valor a ser inserido na planilha de composição de custos de cada trabalhador. A empresa deverá se responsabilizar pela reposição dos EPIs quando necessário ou quando solicitado pela Administração.

7.6.12. Os uniformes e seus complementos deverão ser novos e corresponder a atividade a ser desempenhada no órgão Contratante, compreendendo condizentes peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes.

7.6.12.1. O uniforme deve atender o contido na CCT e os quantitativos mínimos previstos na Planilha Estimativa de Custos.

7.6.13. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, compatível com o clima da região, durável e que não desbote facilmente.

7.6.14. O fornecimento dos uniformes deverá ser efetivado da seguinte forma:

7.6.14.1. No início da execução (primeiro dia) do contrato a empresa deverá entregar todas as peças a serem discriminadas no Termo de Referência, devendo ser substituído, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após comunicação escrita da Contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

7.6.14.2. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados, observando-se que as trabalhadoras gestantes ou lactantes têm o direito de permanecerem afastadas de atividades de risco durante a gestação e amamentação (art. 394-A da CLT);

7.6.14.3. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

7.7. Para definição do quantitativo de materiais foi utilizado o histórico de consumo de licitações anteriores. Foi utilizado o histórico dos seguintes processos:

- 35014.224868/2021-61 (Limpeza Blumenau),
- 35014.203479/2021-01 (Limpeza Caxias do Sul),
- 35014.203509/2021-71 (Limpeza Curitiba e Ponta Grossa), e
- 35014.029007/2022-52 (Limpeza Florianópolis).

7.7.1. A análise dos processos acima citados levou a uma quantidade média de utilização mensal por servente. Tal média foi utilizada nas 7 contratações decorrentes do PE 12/2022 e no PE 12/2023. Conforme informado pela Gestão contratual (15160999) até o momento esse quantitativo mostrou-se adequado.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 7.063.950,96

8.1. O valor estimado da Contratação foi apurado através de pesquisa de mercado para os insumos para a execução dos serviços de limpeza e copeiragem.

8.1.1. Para os serviços de carregadores eventuais, o valor estimado da diária foi definido por pesquisa de preços.

8.2. Para estimativa dos custos dos postos com dedicação exclusiva de mão de obra e das serventes horistas foram elaboradas planilhas de Custos e Formação de Preços constantes no Anexo IV do Edital.

8.2.1. A planilha seguiu o alinhamento do INSS estabelecido através da Portaria DIROFL/INSS Nº 156, de 13 de novembro de 2023.

8.2.2. A elaboração das planilhas também seguiu orientações dos Cadernos Técnicos da SEGES e das Convenções Coletivas de Trabalho atualizadas da categoria SC000076/2025 e SC000014/2025.

8.3. O valor global estimado para a contratação é de R\$ 7.063.950,96 (sete milhões, sessenta e três mil, novecentos e cinquenta mil e noventa e seis centavos).

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O Contrato terá natureza contínua e será licitado em 2 (dois) grupos. Esse parcelamento permitirá uma melhor gestão dos contratos e atenderá de forma mais eficaz às necessidades específicas de cada unidade. Além disso, as condições de participação, critérios de avaliação e demais requisitos serão alinhados com as práticas já estabelecidas, visando assegurar transparência e competitividade no processo licitatório.

9.2. Quanto ao agrupamento dos serviços de limpeza e conservação, copeiragem e carregadores, sob demanda, além de horas eventuais do serviço de limpeza sob demanda com o fornecimento de material, EPIs e uniformes a justificativa é que os serviços se relacionam e, portanto, o agrupamento é vantajoso sob os pontos de vista técnico e econômico. No presente caso, um eventual parcelamento não ampliaria a competitividade, pois todos os serviços são da mesma natureza e prestados pelo mesmo tipo de empresa, permitindo, ainda, a diluição dos custos indiretos.

9.2.1. A contratação conjunta dos serviços de limpeza, Carregadores e copeiragem permite uma gestão mais eficiente, reduzindo a necessidade de múltiplos fornecedores e facilitando a cooperação entre as atividades. Como um único prestador de serviços, é possível garantir uma maior padronização na qualidade dos serviços prestados, o que é essencial para manter altos padrões operacionais.

9.2.2. Além disso, agrupar esses serviços pode resultar em uma redução significativa de custos administrativos e operacionais. Com um único contrato abrangendo os três serviços, há menos despesas relacionadas à gestão e fiscalização de contratos.

9.2.3. Os serviços de limpeza, carregadores e copeiragem estão frequentemente interligados nas operações diárias. Ao consolidar esses serviços em um único contrato, a responsabilidade pela execução das atividades fica específica em um único fornecedor. Isso simplifica a resolução de problemas e garante que haja uma responsabilidade clara para qualquer eventualidade.

9.2.4. Em suma, a integração desses serviços não apenas otimiza processos e reduz custos, mas também promove uma abordagem mais coesa e eficaz na gestão das operações diárias.

9.3. Ainda com relação ao agrupamento dos serviços de Estiva e Copeiragem com Limpeza tecemos as seguintes ponderações:

9.3.1. Historicamente o serviço de carregadores do INSS era contratado como um contrato autônomo, com postos de trabalho e com um valor bastante baixo (1 ou 2 postos por contrato), o que tornava a contratação pouco atrativa e acabava sendo realizada por empresas com pouca ou nenhuma estrutura.

9.3.2. A contratação conjunta dos serviços é prática comum no serviço público, como se observou no PE 05/2022 da Companhia Brasileira de Trens (275057), PE 01/2022 da Universidade Federal de Itajubá (158161), PE 13/2021 do Ministério da Saúde (255014), no pregão 20/2021 do INSS (510181). Isso constatou-se em uma rápida consulta ao Comprasnet buscando-se as expressões "limpeza" e "carregadores".

9.3.3. Na Superintendência Regional Sul a junção dos serviços ocorreu em licitação anterior, PE 12/2022 e obteve-se a participação de 15 fornecedores interessados para o Polo IV, o que demonstra de forma efetiva que a inclusão dos serviços de carregadores em uma licitação não afasta potenciais fornecedores.

9.3.4. Já a contratação conjunta de limpeza e copeiragem, apesar de ser uma novidade na SRSUL, é uma solução adotada em outras Superintendências do INSS, como por exemplo na SRSE-I, no processo SEI 35014.063369/2022-72, conforme justificativas apresentadas no item 5 deste Estudo.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A pretensa contratação se mostra consonante com o Plano de Ação do INSS para o exercício de 2025, aprovado pela RESOLUÇÃO CEGOV/INSS Nº 46, DE 2 DE JANEIRO DE 2025, cujo objetivo Estratégico é OTIMIZAR A INFRAESTRUTURA E A APLICAÇÃO DE RECURSOS com a Manutenção do Pacote de Serviços Essenciais para o bom funcionamento do INSS.

11.2. O objeto da contratação está compatível com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e foi incluído no PGC - Planejamento e Gerenciamento de Contratações do INSS para o ano de 2025.

11.3. A presente contratação será contemplada no Plano de Contratações Anual - PCA 2025.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços objeto deste estudo se faz necessária para manter permanentemente atendidas as necessidades da Administração, com a finalidade de propiciar bem-estar aos funcionários e ao público em geral.

12.2. Os serviços de limpeza e conservação, copeiragem e carregadores, objeto da pretensa contratação, são considerados serviços continuados, que não podem sofrer solução de continuidade, vez que sua interrupção comprometerá as atividades do Instituto, causando prejuízos à grande parcela da população.

12.3. A contratação em questão destinar-se-á, ainda, à manutenção dos locais de trabalho nos padrões de asseio exigidos, visando proporcionar condições ideais de funcionamento às unidades, bem como de atendimento à clientela previdenciária, sob a melhor relação “custo x benefício” possível para o INSS.

### **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. A contratação, nos moldes avençados mostra-se mais benéfica e vantajosa, uma vez que não implicará em investimentos adicionais, tais como contratação, treinamento e administração de mão de obra própria, locação e/ou aquisição de equipamentos, insumos e materiais específicos, bem como permitirá a mensuração qualitativa e quantitativa dos resultados, maximizando o aproveitamento dos serviços prestados.

13.2. Ressalte-se que na presente contratação a Administração exigirá da empresa contratada a adoção de boas práticas de mercado, otimização dos recursos, redução dos desperdícios, diminuição da poluição e demais ações decorrentes para utilização de equipamentos e materiais que respeitem o meio ambiente.

### **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. A empresa a ser contratada poderá ter bens agregados ao serviço e estes devem ser escolhidos conforme critérios de sustentabilidade, quando for o caso. Os materiais de consumo solicitados são biodegradáveis e, no caso dos resíduos gerados (que é mínimo) deverão ser descartados em lixeiras seletivas. Quanto ao uso da energia elétrica, é importante que as empresas atentem-se em disponibilizar equipamentos com selo PROCEL e que se configurem entre os mais eficientes energeticamente do mercado, e ainda deverá:

14.2. Utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

14.3. Adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada;

14.4. Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

14.5. Fornecimento aos empregados dos equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;

14.6. Realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, e periodicamente, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

14.7. Separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos do Decreto nº 10.936/2022; e

14.8. Respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos.

14.9. É de responsabilidade da contratada na prestação dos serviços de limpeza e conservação cumprir a legislação ambiental, para a gestão sustentável dos serviços, observando a quantidade, qualidade e periodicidade exigida.

14.10. É obrigação da contratada disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, materiais de limpeza, bem como os demais materiais e equipamentos necessários à execução das atividades de limpeza dos ambientes relativos à contratação.

14.11. A contratada deverá observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e as normas internas de segurança e saúde do trabalho.

14.12. É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

14.13. É de responsabilidade da contratada o fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) em bom estado de utilização aos seus funcionários, prezando pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

- 14.14. A contratada deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços em bom estado de funcionamento evitando danos às pessoas e ao estado das instalações hidrossanitárias e elétricas.
- 14.15. A contratada deverá observar às recomendações técnicas e legais para o fornecimento dos saneantes domissanitários, sacos de lixo, papel higiênico, produtos químicos, etc.
- 14.16. Os serviços de limpeza que necessitem de veículos automotores para execução das atividades, devem reduzir as emissões de gases poluentes, utilizando modelos de veículos classificados como A ou B pelo Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular e utilizar biocombustíveis para abastecimento.
- 14.17. É obrigação da contratada adotar medidas para evitar o desperdício da água potável, com verificação da normalização de equipamentos quanto ao seu funcionamento (se estão regulados, quebrados ou com defeitos), bem como práticas de racionalização.
- 14.18. A contratada deverá racionalizar o consumo de energia elétrica com a utilização de equipamentos mais eficientes, que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), conforme regulamentações, para os casos possíveis.
- 14.19. Só será admitida a utilização de equipamentos de limpeza que possuam o Selo Ruído, indicando o nível de potência sonora, conforme a Resolução específica do CONAMA e observações do INMETRO, que possam reduzir o risco à saúde física e mental dos trabalhadores, bem como os demais usuários expostos às condições adversas de ruídos que caracterizem poluição sonora no ambiente de trabalho.
- 14.20. A contratada deverá adotar práticas de redução de geração de resíduos sólidos, realizando a separação dos resíduos recicláveis descartados pelo órgão ou entidade, na fonte geradora, e a coleta seletiva conforme legislação específica.
- 14.21. É obrigação da contratada respeitar as Normas Brasileiras (NBRs) sobre resíduos sólidos, bem como a Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- 14.22. A contratada deverá utilizar apenas embalagens recicláveis na prestação do serviço, incentivando sua utilização ou substituição por fontes renováveis.
- 14.23. As pilhas e baterias utilizadas na execução dos serviços, em equipamentos ou outros materiais de responsabilidade da contratada, deverão possuir composição que respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio, conforme Resolução CONAMA nº 401/2008.
- 14.24. A contratada deverá recolher as lâmpadas fluorescentes e os pneus de veículos utilizados para prestação dos serviços, para descartá-los junto ao sistema de coleta do fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor conforme sistema de Logística Reversa previsto em legislação específica.
- 14.25. É obrigação da Contratada a apresentação da composição química dos produtos utilizados na prestação do serviço, quando solicitado pela Contratante.
- 14.26. É proibida a utilização de saneantes domissanitários de Risco I, listados no art. 5º da Resolução nº 336/1999, na prestação dos serviços, conforme Resolução ANVISA RE nº 913, de 25 de junho de 2001.
- 14.27. É permitido o uso de saneantes domissanitários produzidos com substâncias biodegradáveis, estabelecidas na Resolução ANVISA RDC nº 180, de 3 de outubro de 2006, bem como de produtos desinfetantes domissanitários, previstos na Resolução ANVISA RDC nº 34, de 16 de agosto 2010.
- 14.28. É de responsabilidade da contratada a verificação da não utilização de produtos de limpeza que observem a utilização de Substâncias Perigosas, Biodegradabilidade dos Tensoativos, Toxicidade Aquática e Teor de Fósforo acima dos limites estabelecidos por regulamentos ou legislação apropriada.
- 14.29. É obrigação da contratada a utilização de produtos de limpeza, preferencialmente, que sejam biodegradáveis.
- 14.30. É proibida a utilização de produtos de limpeza e conservação oriundos e/ou derivados de Organismos Geneticamente Modificados (OGM) ou de plantas em risco de extinção.
- 14.31. É permitida a utilização de produtos que, comprovadamente, sejam derivados de matérias-primas totalmente naturais.
- 14.32. É permitido o uso de sabonetes que não contenham agentes antimicrobianos, exceto para locais que sejam exigidos por normas afetas à saúde e outras regulamentações.

14.33. O fornecimento de produtos e serviços deve primar pela qualidade, disponibilidade, tempo de atendimento e correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas, utilizando os seguintes premissas:

- a) Utilização de produtos de limpeza nas especificações técnicas previstas no edital, que sejam menos agressivos ao meio ambiente ou de menor impacto ambiental.
- b) Eliminação de sujidades e manchas nos pisos, tetos, paredes, móveis, persianas e cortinas, vidros, sanitários, lavatórios e chuveiros.
- c) Esvaziamento de pelo menos  $\frac{2}{3}$  de lixeiras por turno, obedecendo às características adotadas para a coleta seletiva e reciclagem de resíduos.
- d) Disponibilização de Equipamentos de Proteção Individual, por empregado.
- e) Utilização de uniformes em condições apresentáveis e nas especificações determinadas.
- f) Comunicar a contratante sobre defeito em torneiras e válvulas de descarga danificadas.
- g) Reutilizar água de limpeza para ambientes externos.
- h) Empregar equipamentos mais eficientes para a limpeza e que consumam menos energia elétrica.
- i) Usar equipamentos de limpeza que emitam menos ruídos e sejam menos prejudiciais à saúde e à qualidade de vida do empregado e dos usuários.
- j) Ausência de resíduos nos ambientes de trabalho ou nos locais nos quais se presta o serviço.
- k) Realizar a manutenção/substituição dos equipamentos utilizados na prestação dos serviços que apresentarem mau funcionamento e/ou limpeza necessária para esses objetos (bens ou materiais).

14.34. A contratada ficará obrigada a adotar ações que reduzam a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente.

14.35. A contratada deve implementar mecanismos de sustentabilidade ambiental que estimulem e favoreçam, por exemplo, o uso de produtos e processos com menor impacto ambiental, evitando produtos alergênicos e irritantes para o consumidor, utilização de produtos naturais, equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, entre outros.

14.36. Recomenda-se que seja exigido da contratada a implementação de ações que reduzam a exposição a partículas químicas e biológicas potencialmente perigosas, que possam impactar negativamente a qualidade do ar, a saúde, os sistemas de edifícios e o meio ambiente, em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MP Nº 01, de 19/01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e o Guia de Licitações Sustentáveis da CGU/AGU.

14.37. A Portaria PRES/INSS no 1.704, de 12 de junho de 2024, aprovou, no âmbito do INSS, o Plano de Logística Sustentável - PLS, na forma dos Anexos I a III da Portaria. Nesse sentido, na presente contratação devem ser observadas as seguintes diretrizes constantes do PLS:

- a) gestão mais eficiente do descarte de resíduos tóxicos e poluentes, incentivando empresas e consumidores a reciclar e reduzir o desperdício;
- b) considerar critérios compatíveis com padrões de consumos social e ambientalmente sustentáveis;
- c) promoção da racionalização e do consumo consciente de bens e serviços, com diminuição do consumo de água e energia elétrica, otimização do uso de materiais e recursos naturais e implantação de gestão de resíduos sólidos;
- d) identificação e utilização de objetos de menor impacto ambiental;
- e) divulgação, conscientização e capacitação acerca da logística sustentável;
- f) promoção de ações afirmativas de equidade e de inclusão pela empresa contratada.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nas justificativas, premissas e objetivos descritos neste Estudo Técnico Preliminar, resta evidenciado que a contratação em comento se mostra viável para o atendimento da necessidade.

Nos termos do Art. 9º, XIII, da IN 58/2022 SEGES, esta equipe declara que os serviços, ora contratados, são adequados ao atendimento das necessidades da Instituição.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: 19053091

**ALESSANDRA MUSSI DA SILVA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 28/03/2025 às 11:07:23.*

Despacho: 19053091

**ANA CANDIDA GONZALEZ PLACIDI ROBERTI**

Equipe de planejamento



*Assinou eletronicamente em 28/03/2025 às 13:39:42.*

Despacho: 19053091

**JULIANA DA SILVA**

Equipe de Planejamento



*Assinou eletronicamente em 28/03/2025 às 11:46:54.*

